

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.788.265 - SP (2018/0339168-3)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**RECORRENTE** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADOS** : NEI CALDERON - SP114904  
ELENITA DE SOUZA RIBEIRO RODRIGUES LIMA - SP116321  
MARCELO OLIVEIRA ROCHA - SP113887  
FABIANO ZAVANELLA - SP163012  
INGRID CRISTINE JERONIMO DE SOUZA - SP244518  
GISELE DE ANDRADE DE SÁ - SP208383  
SABRINA BULGARELLI DOS SANTOS - SP211685  
DAUBER SILVA - SP260472  
TATIANE MENDES NAMURA - SP261522  
ANDERSON DE CAMPOS - SP232485  
EDER GONÇALVES PEREIRA - SP257346  
MARCIA APARECIDA DE FARIA CARDOSO SILVA -  
SP122615  
MARCOS TRINDADE JOVITO - SP119652  
DONES MANOEL DE FREITAS NUNES DA SILVA - SP182770  
PATRICIA MASCKIEWIC ROSA ZAVANELLA - SP167236  
WILSON MACEDO LEMOS - SP300187  
VIVIANE MARRACCINI NOGUEIRA DA CUNHA - SP216115  
ALEXANDRE DOS SANTOS DIAS - SP217829  
ANDERSON FERREIRA DE FREITAS - SP299369  
THIAGO MORAIS FLOR - SP257536  
CAMILA DE JESUS SANTOS - SP276200  
SANDRA PAIVA DE OLIVEIRA - SP279404  
SILVANA DE ARAUJO - SP243318  
FERNANDO NUNES MENEZES - SP279108  
ALESSANDRO TADEU BERNARDO TERZINI - SP290080  
MARCILENE APARECIDA DE ALMEIDA - SP301990  
ALESSANDRA REGINA SILVA - SP273760  
LUIZ RAPHAEL BALBINO BRANDOLIZ - SP307667  
ADRIANA CRISTINA FERRAIOLI - SP216128  
NADINE ALMEIDA DE OLIVEIRA - SP255646  
SHEILA DOS SANTOS DULTRA - SP280902  
ALESSANDRA RUBIA DE OLIVEIRA MAGALHAES -  
SP194912  
CAMILA MARIA FOLTRAN LOPES - SP227125  
ANA PAULA DE JESUS PAIXÃO - SP278301  
ANDRE MENDES DA CRUZ - SP306205  
CAROLLINE MONTEIRO SENE DOS ANJOS - SP306223  
SILVANA SANTOS DE SOUZA SARTORI - SP307686  
TÁBATA MARQUES DA SILVA BARROS - SP239636  
IVANI MACARENCO SEABRA - SP300099  
JOICE CRISTINA DIOGO PERES - SP255157  
MICHELLI SACAYEMURA - SP287614  
FABIANA MAIER - SP262886

SABRINA ESCUDEIRO REGAZZINI - SP269670  
ADNEY HIROSHI TAKAKI - SP309261  
DEBORA APARECIDA COTTA - SP274289  
RECORRIDO : IRENE ESMERALDA WENZEL MANFIO  
ADVOGADO : HANAÍ SIMONE THOMÉ SCAMARDI - SP190663

## DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

AGRAVO INTERNO. Eficácia **erga omnes** da sentença proferida na ação coletiva. Possibilidade do ajuizamento da execução no foro da comarca do domicílio do credor. Desnecessidade da comprovação da associação do exequente ao IDEC. Legitimidade ativa configurada – Impossibilidade da suspensão da execução individual. Inocorrência da prescrição. Os juros da mora são devidos a partir da citação do Banco nos autos da ação civil pública. Inteligência do artigo 405 do Código Civil Brasileiro. Aplicação da Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para a correção monetária do débito. A utilização da referida Tabela acarreta, automaticamente, a incidência do percentual de 42,72% para janeiro e de 10,14% para o mês de fevereiro de 1989. Observância da diferença entre o índice creditado, à época, pelo Banco (22,35%), conforme determinado pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos da ação coletiva. Possibilidade do arbitramento dos honorários advocatícios. Incidência da Súmula 517 do Superior Tribunal de Justiça. Prequestionamento. Recurso improvido.

A parte recorrente alega que o acórdão recorrido contrariou os artigos 17, 18, 332, 509, 515, 516, 575, 726 e 1.040 do Código de Processo Civil (CPC) de 2015; os artigos 3º, 6º, 475-P, 543-A, 543-B, 543-C, 743, 867 e 871 do CPC de 1973; o artigo 81 do Código de Proteção e Defesa do Consumidor; os artigos 397 e 405 do Código Civil; o artigo 2º-A da Lei 9.494/1997; e o artigo 16 da Lei 7.347/1985.

Argui ilegitimidade ativa e incompetência jurisdicional.

Suscita prescrição.

Argumenta que os juros de mora devem incidir a partir da citação na execução.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Reclama de excesso de execução e de enriquecimento ilícito.

Explica que o débito a pagar (diferença de correção monetária) deve corresponder aos índices de 20,36% e 10,14%, para janeiro e fevereiro de 1989, respectivamente.

Requer a suspensão do feito.

Inicialmente, anoto que a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) afetou os Recursos Especiais 1.801.615/SP e 1.774.204/RS, relatados pelo Ministro Raul Araújo, para julgamento da controvérsia referente à "interrupção do prazo prescricional para pleitear o cumprimento de sentença coletiva, em virtude do ajuizamento de ação de protesto ou de execução coletiva por legitimado para propor demandas coletivas" (questão cadastrada como Tema 1.033).

Ao promover essa afetação, a Segunda Seção do STJ determinou a suspensão da tramitação de todos os recursos especiais e agravos em recurso especial na segunda instância e/ou que tramitem no STJ, que versem sobre a questão delimitada (julgamento 15.10.2019, DJe 30.10.2019).

Em face do exposto, nos termos do artigo 1.037, inciso II, do CPC e do artigo 256-L, inciso I, do Regimento Interno do STJ, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa, para sobrestamento até o julgamento do mérito dos recursos especiais repetitivos mencionados nesta decisão, procedendo-se, após, conforme os artigos 1.040 e 1.041 do mesmo Código.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora